



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14863 - Resumo Expandido - Trabalho - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS ESTADUAIS GOIANAS: FACES OCULTAS DA PRIVATIZAÇÃO

Ana Paula Borges Chagas - UEG-PPGE - Universidade Estadual de Goiás

Renata Ramos da Silva Carvalho - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS ESTADUAIS GOIANAS: FACES OCULTAS DA PRIVATIZAÇÃO

A presente pesquisa buscou analisar os indícios de privatização da educação pública e a dicotomia público x privado no processo de militarização das escolas estaduais goianas, possuindo assim caráter documental de natureza qualitativa. A análise documental está fundamentada sobre a perspectiva metodológica de Gil (2023) e Evangelista (2012). Buscou-se nos Termos de cooperação técnica, Editais de sorteio de vagas, Regimento Interno e legislações, localizar evidências sobre o processo de militarização da educação como uma forma oculta de privatização.

A militarização das escolas públicas no estado de Goiás se efetivou com os Termos de Cooperação Técnica, documentos que concretizam uma espécie de parceria entre Secretaria Estadual de Educação de Goiás e a Secretaria de Segurança Pública de Goiás, por meio do Comando de Ensino da Polícia Militar. Desta forma foi efetivada a entrega da gestão de escolas estaduais para as forças de segurança pública do estado, a Polícia Militar.

A pesquisa documental foi feita no portal oficial da Secretaria Estadual de Educação de Goiás, na aba de Acesso à Informação, e estão arquivados dentro da pasta de Termos, Acordos, Convênios e Parcerias.

Através dos documentos reunidos é possível perceber evidências de que os CEPMG,

são escolas que passarem pelo processo de privatização da educação. Adrião (2018) apresenta que a privatização da educação pode ser classificada em três dimensões, são elas a privatização sobre a oferta educacional, sobre o currículo e sobre a gestão. Essa classificação não pretende afirmar que o processo de privatização acontece de forma isolada e segmentada, mas apontar quais foram as formas e estratégias utilizadas para privatizar a educação no Brasil durante o período de 1990 a 2014.

Segundo a autora a privatização da oferta educacional pode ser constatada no financiamento público, no aumento de matrículas em instituições privadas ou no incentivo de políticas de escolha parental (como charter school e ensino domiciliar). Assim mesmo que os CEPMG sejam escolas estaduais, elas recebem doações de valores significativos da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), que defendem o argumento de que os responsáveis devem ter o direito da escolha de matricular ou não seus filhos em escolas administradas por militares, além da possibilidade de que essas escolhas realizem reserva de vagas, como apontado no Edital N° 003/2015-CEPM, que prevê a reserva de 50% das vagas para os dependentes legais de Militares.

Já a dimensão da privatização sobre o currículo se estabelece essencialmente através da compra de assessoria como o Sistemas Privados de Ensino (SPE),

Trata-se de processos pelos quais o setor privado determina para escolas, redes ou sistemas públicos os desenhos curriculares, seja por meio de assessorias, de oferta de tecnologias educacionais e demais insumos curriculares, seja ainda por meio dos Sistemas Privados de Ensino (SPE). Trata-se da privatização dos processos pedagógicos strictu sensu, envolvendo as relações entre professor/a, estudante e conhecimento (Adrião, 2018, p.12)

Não há notícias sobre compras de Sistemas Privados de Ensino por parte do Comando de Ensino para os CEPMG, porém quando este inicia a gestão da escola, o currículo é modificado. Como exemplo o Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Nivo das Neves(2023) à inclusão da disciplina de Civismo e Cidadania e a uma subdivisão de matérias como Português, Química, Matemática, Física, História e Geografia. Deste modo o currículo dos CEPMG sofre alterações segundo a necessidade e vontade do Comando de Ensino da Polícia Militar, sendo possível perceber semelhanças com o currículo de escolas particulares, que possuem autonomia financeira e organizacional para acrescentar e subdividir matérias no currículo.

A terceira e última dimensão apresentada por Adrião(2018) é a privatização da gestão sobre a educação pública, que ocorre através da transferência de gestão da escola para Organizações com ou sem fins lucrativos. Como apontado por Reis et al (2019), os CEPMG não são escolas novas, construídas com a intenção de serem militares, o que ocorre é a transferência de escolas públicas em funcionamento às corporações da polícia militar ou corpo de bombeiros. Ou seja, não há um aumento do número de escolas e sim uma mudança na gestão de escolas públicas já existentes que são frequentadas por civis.

Deste modo, não se deve confundir esse modelo de escola militarizada com colégios propriamente militares, que contam com verba federal para seu funcionamento, sendo pouquíssimas unidades em território nacional. Santos *et al.* (2019) apontaram a existência de 13 colégios até ano de 2018. Posteriormente houve a divulgação do lançamento de dois novos colégios militares, um em São Paulo, em de fevereiro de 2020, (Brasil, Ministério da Defesa, 2020) e, no Rio de Janeiro, em fevereiro de 2023 (Brasil, Ministério da Defesa, 2023), totalizando assim 15 unidades até o momento desta pesquisa.

Em relação os CEPMG, a partir dos Termos de Cooperação Técnica que apresentavam o valor de contribuição voluntária, foi possível realizar um quadro de projeção sobre os valores arrecadados pelas APMF. A projeção foi necessária devido ao fato de que a prestação de contas da APMF não ser pública e acessível, o que indica o não compromisso com a transparência, mesmo que ela esteja subordinada a Lei N° 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação.

A Tabela abaixo apresenta uma projeção dos valores, referentes à contribuição de 31 CEPMG, cujos Termos de Cooperação Técnica foram acessados na pesquisa. Dentre eles há a situação dos colégios que realizam a diferenciação do valor cobrado, a partir de etapa e/ou série do estudante, e para esses casos consideramos o menor valor apresentado e o número de matrículas que esses colégios possuíam no ano de 2020. Os dados foram levantados no Laboratório de Dados Educacionais.

Tabela 1 – Projeção de recurso Contribuição Voluntária segundo Termos de Cooperação Técnica no ano de 2020

Valor da Contribuição	CEPMG	Nº de Matrícula 2020	Estimativa mensal Proveniente da Contribuição
R\$ 30,00	Jose Antero Ribeiro	989	R\$ 29.670,00
R\$ 50,00	Hélio Veloso	760	R\$ 38.000,00
R\$ 50,00	Elísio Joaquim De Vasconcelos	885	R\$ 44.250,00
R\$ 50,00	José Pio De Santana	563	R\$ 28.563,00
R\$ 50,00	Gilvan Sampaio Rubiataba	559	R\$ 27.950,00
R\$ 50,00	Geralda Andrade Martins;	776	R\$ 38.800,00
R\$ 50,00	5 De Janeiro	303	R\$ 15.150,00
R\$ 50,00	Silvio De Castro Ribeiro	816	R\$ 40.800,00
R\$ 50,00	Maria Elisa Da Silva	433	R\$ 21.650,00
R\$ 60,00	José Silva Oliveira	1.644	R\$ 98.640,00
R\$ 60,00	Ariston Gomes Da Silva	777	R\$ 46.620,00
R\$ 60,00	Dr. José Feliciano Ferreira	693	R\$ 41.580,00
R\$ 60,00	Castelo Branco	1.019	R\$ 61.140,00

R\$ 70,00	Padre Pelágio	1.374	R\$ 96.180,00
R\$ 70,00	José Dos Reis Mendes	773	R\$ 54.110,00
R\$ 70,00	Pedro Ludovico Teixeira	501	R\$ 35.501,00
R\$ 80,00	Hugo De Carvalho Ramos	2.508	R\$ 200.640,00
R\$ 80,00	Prof. Augusta Machado	630	R\$ 50.400,00
R\$ 80,00	Deputado José Alves De Assis	905	R\$ 46.160,00
R\$ 80,00	Professor Ivan Ferreira	577	R\$ 46.160,00
R\$ 80,00	Americo Antunes	320	R\$ 25.600,00
R\$ 80,00	Doutor Negreiros	1.127	R\$ 90.160,00
R\$ 80,00	Senador Onofre Quinan	1.021	R\$ 81.680,00
R\$ 80,00	13 De Maio	992	R\$ 79.360,00
R\$ 90,00	Benedita Brito De Andrade	782	R\$ 70.380,00
R\$ 90,00	Xavier De Almeida	890	R\$ 80.100,00
R\$ 100,00	Rosa Turisco De Araújo	763	R\$ 76.300,00
R\$ 100,00	Comendador Christóvam De Oliveira	1.049	R\$ 104.900,00
R\$ 100,00	Arlindo Costa	1.053	R\$ 105.300,00
R\$ 110,00	Sebastião Do Vale	Não localizado	

Fonte : Elaboração das autoras com base nos dados do Laboratório de Dados Educacionais/UFPR

A análise dos dados indica que o financiamento das escolas militarizadas em Goiás, sobretudo com a verba extra obtida pela a APMF, possui um duplo financiamento que as diferenciam e muito em relação às demais escolas estaduais. Ademais, constata-se a necessidade de novas pesquisas para que possamos desenvolver uma compreensão crítica sobre a qualidade anunciada desse modelo de escola.

Palavras-chave: Escolas Militarizadas, Goiás, Público-privado e Privatização do público

REFERENCIAS

Adrião, Theresa. Dimensões e Formas da Privatização da Educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1 – 2018, p. 8-28. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1182464>. Acesso em: 31 jul. 2023

Alves, Miriam Fábila; Toschi, Mirza Seabra; Ferreira, Neusa Sousa Rêgo. A Expansão Dos Colégios Militares Em Goiás E A Diferenciação Na Rede Estadual. **Retratos Da Escola**, V. 12, P. 271, 2018. DOI <https://doi.org/10.22420/rde.v12i23.865>. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/865>. Acesso em: 25 ago. 2021.

Brasil. Ministério da Defesa, Departamento de Educação e Cultura do Exército. **PORTARIA**

– DECEX/C Ex Nº 399, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022. Disponível em: <https://www.depa.eb.mil.br/images/legislacao/2023/junho/rh-depa.pdf>. Acesso em: 17 out.2023

_____. Ministério da Defesa, Exército Brasileiro. 2020. Lançamento da Pedra Fundamental e início das atividades do Colégio Militar de São Paulo. Disponível em: https://www2.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/U3X7kX8FkEXD/content/id/11008109. Acesso em: 06 out.2023

Evangelista, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: Araujo, Ronaldo Marcos de Lima ; Rodrigues, Doriedson S. (Org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. 1ed.Campinas-SP: Alínea, 2012, v. 1,

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. [2º Reimp.]. Barueri [SP]: Editora Atlas, 2023

Goiás. **Decreto Nº 1.307 de 06 de outubro de 1977**. Estabelece normas para a Constituição das Associações de Pais e Mestre. D.O. de 18 de out. de 1977. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v1/arquivos/12709>. Acesso em: 27 out. 2023.

_____. Polícia Militar do Estado de Goiás, Comando De Ensino Policial Militar. **Regimento Escolar**. Disponível em: <https://www.portalcepmg.com.br/wp-content/uploads/2018/05/document.pdf>. Acesso em 25 mar.2022.

_____. Polícia Militar do Estado de Goiás, Comando De Ensino Policial Militar. **Projeto Político Pedagógico Colégio Estadual Nivo das Neves**. Acesso em 24 abr.2024

_____. Secretaria de Estado da Segurança Pública e Justiça. Polícia Militar. Comando de Ensino Policial Militar. **Edital Nº 003/2015-CEPM**. Edita as normas do concurso para ingresso de novos alunos nas unidades dos colégios da polícia militar de goiás – cpmg ensinos fundamental e médio.

Reis, Livia Cristina Ribeiro; [Alves, Miriam Fábia](#); Santos, Eduardo Junio Ferreira; Silva, Frederiko Luz; Ferreira, Neusa Sousa Rêgo. Militarização de escolas públicas e o governo Bolsonaro. **Revista de educação, ciência e tecnologia do IFG**, v. 4, p. 227-235, 2019. Disponível em: <https://revistas.ifg.edu.br/tecnia/article/view/744>. Acesso em 25 ago.2021